

Relíquias e propaganda religiosa no Portugal pós-tridentino

O movimento interiorista heterodoxo – detractor de práticas supersticiosas – que foi ganhando forma com as ideias de Erasmo e dos erasmistas – e talvez tenha atingido o seu auge com a abordagem corrosiva de Calvino em *Traité des reliques*, em 1543¹ –, recebeu da Igreja, na parte terminal do concílio de Trento, uma resposta concisa, mas vigorosamente reafirmadora do valor da devoção e piedade das imagens e das relíquias...

Foi a XXV sessão do Concílio de Trento, nona e última no tempo de Pio IV. Pelo decorrer dos trabalhos, tudo fazia prever que o concílio terminasse a 9 de Dezembro, ou poucos dias depois, ficando estas matérias por merecer deliberação... No entanto, a situação que se vivia em França forçou que se discutissem, e se decretasse sobre a questão².

De facto, o problema vinha-se agudizando com a aversão calvinista ao culto das imagens, e a sátira à veneração das relíquias, atingindo o seu zénite durante a primeira guerra com os huguenotes, com as imagens das igrejas francesas a sofrerem uma avassaladora onda de destruição. Era premente que o concílio decretasse no sentido de acabar com tal insubordinação... Poder-se-á dizer que o documento a que nos referimos foi escrito a pensar em França...

É, portanto, com alguma aceleração, – o texto foi aprovado oralmente e, ao contrário dos decretos precedentes, este é extremamente sucinto e sem qualquer referência a fontes³... – e com os espíritos preocupados com o regresso a suas dioceses, que se realiza – nos dias 3 e 4 de Dezembro de 1563 – o debate sobre o culto das imagens e relíquias⁴. É nítido o facto de ser um documento reactivo, contra os infieis e protestantes defensores da ideia de que a Bíblia era o único testemunho da omnipresença de Deus...

¹ O título original é: *Advertissement très utile du gran proffit quei reviendrait á la chrestienté s'il se faisoit inventoire de tous les corps saintz et reliques qui sont tant en italie qu'en France, Allemagne, Hespaigne, et autres royaumes et pays* – Cf. José Luis Bouza ÁLVAREZ, *Religiosidad contrarreformista y cultura simbólica del Barroco*, Madrid, 1990, 29.

² Hubert JEDIN, *Historia del concilio de Trento*, Pamplona, 1981, IV, vol. II, 252.

³ Hubert JEDIN, *Historia del concilio de Trento...*, ed. cit., IV, vol. II, 278, n. 12.

⁴ Hubert JEDIN, *Historia del concilio de Trento...*, ed. cit., IV, vol. II, 255.

«Manda o santo Concílio a todos os bispos e aos mais que têm o ofício e cuidado de ensinar que, conforme à praxe da Igreja católica e apostólica recebida desde os tempos primitivos da religião cristã e consenso dos santos Padres e decretos dos sagrados concílios, instruam diligentemente os fiéis primeiramente acerca da intercessão dos santos, sua invocação, veneração das relíquias e legítimo uso das imagens, e lhe ensinem que os santos que reinam juntamente com Cristo, oferecem a Deus pelos homens as suas orações, e que é bom e útil invocá-los humildemente e recorrer às suas orações poder e auxílio para alcançar benefícios de Deus, por seu Filho Jesus Cristo nosso Senhor, que é o nosso único redentor e salvador»⁵.

«Sentem pois impiamente aqueles que dizem que os santos que gozam da eterna felicidade no céu, não devem ser invocados; e os que afirmam que (...) invocá-los para que orem por cada um de nós é idolatria, ou que é oposto à palavra de Deus e contrário à honra do único mediador de Deus e dos homens, Jesus Cristo, ou que é estultícia suplicar com palavras ou com o pensamento aos que reinam no céu.

Que também os corpos dos santos mártires e de outros santos vivem com Cristo, que foram membros vivos de Cristo e templo do Espírito Santo, que ele há-de ressuscitar e glorificar para a vida eterna, pelos quais faz Deus aos homens muitos benefícios, devem ser venerados pelos fiéis; e assim os que afirmarem que se não deve veneração e honra às relíquias dos santos, e que estes e outros sagrados monumentos são inutilmente honrados pelos fiéis; e que debalde visitam as memórias dos santos por motivos de conseguir o seu socorro, devem ser infalivelmente condenados, segundo há muito os condenou e agora condena a Igreja»⁶.

«Toda a superstição pois na invocação dos santos, veneração das relíquias e sagrado uso das imagens seja extinta, todo o lucro sórdido desterrado, toda a lascívia evitada, de modo que as imagens não sejam pintadas com formosura dissoluta e os homens não abusem da celebração dos santos e visita das relíquias para glotonaria e embriaguês, como se os dias festivos empregados em luxo e lascívia fossem em honra dos santos.

Enfim ponham os bispos nesta matéria tanto cuidado que nada se veja desordenado, transtornado ou posto em confusão, nada profano, nada desonesto apareça, pois à casa de Deus só convém a santidade. Para isto se observar com fidelidade, estabelece o santo Concílio que ninguém possa colocar nem procurar se coloque imagem alguma extraordinária em lugar algum ou igreja ainda isenta, sem ser aprovada pelo bispo, e que também se não hão-de admitir novos milagres nem receber novas relíquias sem as reconhecer e aprovar o mesmo bispo, o qual, tanto

⁵ José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento*, Lisboa, 1944-46, vol. V, 332.

⁶ José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento...*, ed. cit., vol. V, 333.

souber alguma coisa destas, chamando a conselho teólogos e outros sujeitos pios, executará o que lhe parecer conveniente à verdade e piedade...»⁷.

Impõe-se, portanto, um meio termo: pretende-se, por um lado, justificar a veneração dos santos e das imagens, educar os fiéis na prática devocional, propagando que as imagens de Cristo, da virgem e dos outros santos deviam ser veneradas como puras representações, como figurações, sendo importante que o povo percebesse o benefício que estava inerente às imagens e às relíquias como manifestações divinas e sinais dos milagres que Deus obrou pelos santos, por outro lado, tenta-se impedir os abusos possíveis e controlar o aparecimento de novos cultos, solicitando que se observem e punam os abusos, a adoração de imagens que não «figurem a divindade», e que se controle o surgimento de novas relíquias...

Os decretos conciliares foram confirmados em 26 de Janeiro de 1564 pelo papa Pio V com a bula *Benedictus Deus*.

2 - Ao contrário de muitos países da Europa⁸ onde, inevitavelmente, o efeito dos decretos conciliares se foi sentindo muito lentamente, em Portugal, tendo em conta uma série de condicionalismos, verificou-se uma rápida e eficaz implantação das medidas conciliares...

Recorde-se que o cardeal D. Henrique fora dispensado de assistir às reuniões conciliares a pedido de seu irmão, mas esteve sempre muito bem informado e empenhado – antecipando, em algumas circunstâncias, as decisões conciliares, facto que causou alguns desentendimentos com o papado... – em pôr em prática os conteúdos dos decretos... É o caso dos *Capítulos que per ordenança do Cardeal D. Henrique foram dados aos prelados por mandados de D. João III*⁹ – em 1553 –, que – pelo papel fulcral que é dado aos bispos, pela visão activa das

⁷ José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento...*, ed. cit., 334.

⁸ O rei D. Sebastião foi o primeiro soberano a demonstrar um incondicional apoio à aplicação das medidas tridentinas... Em Espanha e França, por exemplo, o acolhimento não foi tão rápido nem tão incondicional – aceitaram-se os aspectos relativos à fé e à doutrina, mas não se puseram em prática vários aspectos relacionados, por exemplo, com a disciplina... – Cf. José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento...*, ed. cit., 141.

⁹ Além destes – na linha de esforços já feitos por D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra, em 1521, por D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, em 1527, e em Évora, pelo cardeal-infante D. Afonso, em 1534, entre outros – labora as constituições sinodais no sentido de controlar e formar o clero; Em 1557, com o apoio de Frei Luís de Granada e de Frei Bartolomeu dos Mártires edita uma tradução castelhana da *Suma Caietana*, de Tomás de Vio; edita a *Cartilha* do padre Marcos Jorge – Cf. *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, 2000, vol. II, 22.; Amélia Maria Polónio da SILVA, *O cardeal infante D. Henrique arcebispo de Évora: Um prelado no limiar da viragem tridentina*, Porto, 1989. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado, 167-170;

dioceses como organização temporal e espiritual... – provam claramente o conhecimento e a aceitação do projecto tridentino¹⁰.

Uma das explicações para tal zelo e afinco terá a ver com o dedicação e a sinceridade pastoral com que D. Henrique – principalmente depois de 1541, em que assumiu o episcopado de Évora¹¹ – desempenhara a sua missão. Porém, não é de excluir a hipótese de existir também a vontade de «agradar» ao sumo pontífice a quem D. João III, insistentemente, vinha solicitando o título de legado *a latere*¹² que conseguirá alguns anos mais tarde...

As determinações chegam a Portugal em 1564, precisamente durante a regência do Cardeal D. Henrique – que era também, recorde-se, Inquisidor Geral, e, agora sim, legado *a latere*¹³... – que terá um papel determinante na publicação e aplicação das medidas conciliares.

A bula «*Benedictus Deus*», que confirma os decretos conciliares – com a data de 26 de Janeiro de 1564¹⁴ – foi publicada em 3 de Junho desse ano... e em 12 de Setembro o Cardeal lerá e publicará solenemente, na catedral de Lisboa, o alvará real em que se recomendara a observância das medidas conciliares «como lei do reino»¹⁵.

É muito curioso o conteúdo de uma carta que o rei português escreve ao papa em 2 de Outubro – pouco depois da publicação do alvará – em que é manifesta a plena aceitação e a profunda identidade com o decretado. Refere o monarca português:

«Agora com as letras pontifícias todos confessam que toda a tempestade passou assim como desapareceu toda a ambiguidade; pensam na maneira de mudar de vida; vêem convir-lhes vestir-se de outros costumes e proceder por outra via; restaura-se a severidade da disciplina cristã; refloresce o estudo das boas artes; retoma-se a cura de almas antes abandonada; restitui-se o devido esplendor à

¹⁰ Amélia Maria Polónio da SILVA, *Recepção do concílio de Trento em Portugal: As normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do reino, em 1553*, in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VII, Porto, 1990, 133-143.

¹¹ O Cardeal D. Henrique ocupou a cadeira episcopal eborense de 1540 a 1564 – ano em que, por passar a desempenhar as funções de regente, é transferido para Lisboa –, e a partir de 1568, em substituição de D. João de Melo que morrera... Foi o primeiro arcebispo de Évora – a partir de 15 de Dezembro de 1545 – e inquisidor-mor a partir de 1539... – Cf. José de CASTRO, *D. Sebastião e D. Henrique...*, ed. cit., 91-93.

¹² Amélia Maria Polónio da SILVA, *Recepção do concílio de Trento em Portugal...*, ed. cit., 141.

¹³ É-lhe atribuída a legação *a latere* em 1553, passando a ser o mais alto representante da Igreja no reino de Portugal. Este facto agradou muito ao rei, seu irmão, porque acabavam as frequentes desavenças com os nuncios e os legados pontifícios – Cf. Amélia Maria Polónio da SILVA, *O Cardeal Infante D. Henrique Arcebispo de Évora...*, ed. cit., 16.

¹⁴ José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento*, Lisboa, 1944-1946, vol. VI, 118.

¹⁵ José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento*, Lisboa, 1944-1946, vol. VI, 127-138; Marcelo CAETANO, *Recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 1965, 7-87.

Igreja; presta-se honra aos sacerdotes e aos inimigos de Deus; os pastores cumprirão os seus deveres; examinam-se as obrigações de muitos benefícios; e as antigas funções põem-se novamente em uso»¹⁶

São publicados, portanto, em latim – *Canones et decreta sacrosancti, oecumenici et generalis Concilii tridentini*, – e em português – *Decretos e determinações do Concílio Tridentino que devem ser notificados ao povo...* – ambas no ano de 1564¹⁷, o mesmo em que se publica o *Index Librorum Prohibitorum*, que também é vertido para vernáculo¹⁸. No essencial, preocupavam-se com a definição dogmática, a luta contra o protestantismo, a reforma do clero e das ordens monásticas, da instrução e costumes do povo¹⁹.

Estávamos, portanto, numa fase de grande azáfama no sentido de divulgar e aplicar a nova doutrina²⁰.

No entanto, o cardeal compreendeu que a reforma desejada não passava só pela feitura e divulgação de decretos. Para concretizar o objectivo central – cristianizar, instruir, combater a ignorância dos fiéis... – era necessário mobilizar as massas, o que implicava «arregimentar» para a frequência dos sacramentos, combater a desmobilização...

Por isso, parece-nos ter levado a cabo – e essa é a tese que pretendemos sustentar nesta pequena exposição... – um «artifício estratégico» de forma a

¹⁶ José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento...*, ed. cit., vol. VI, 139.

¹⁷ D. Sebastião depois de tomar posse, reafirmará a sua vontade de aceitar e fazer cumprir a doutrina tridentina. Fê-lo por decreto dado em Almeirim a 19 de Março de 1569, e publicado em Lisboa a 4 de Abril do mesmo ano – Cf. José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento...*, ed. cit., vol. VI, 226.

¹⁸ *Rol dos Livros que neste Reyno se Prohibem...*, Lisboa, 1564.

¹⁹ José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento*, Lisboa, 1944-46, vol. IV, 127-138; Maria Amélia R. da Motta CAPITÃO, *Do ensino das Artes da Universidade de Évora*, in *A Cidade de Évora* – Boletim da Comissão Municipal de Turismo, Número Comemorativo do Quadricentenário da Fundação da Universidade de Évora, 41-42, ano XVI, Janeiro-Dezembro, 1959, 219.

²⁰ Em 1564 o Cardeal D. Henrique é transferido para Lisboa para substituir o arcebispo D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, e continuará nessa cidade a promover a doutrina tridentina – Cf. José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento...*, ed. cit., 150; em 30 de Novembro de 1566 iniciará na catedral o primeiro concílio provincial – presidido por ele e pelo rei D. Sebastião e com a presença de D. Catarina, da infanta D. Maria (tia de D. Sebastião) e a assistência de muitos bispos do reino – que se prolongará em mais cinco sessões durante o seguinte mês de Dezembro... Estavam presentes D. Gaspar do Casal, bispo de Leiria, D. João de Portugal, bispo da Guarda, D. André de Noronha de Portalegre, D. Cano de S. Tomé, D. Jorge de Lemos do Funchal entre outros – Cf. José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento...*, ed. cit., 200. À semelhança de Lisboa, assiste-se por todo o país a reuniões de sínodos que testemunhavam bem o esforço de reforma, dos quais resultaram constituições que, em regra, «tenderam a difundir no terreno os decretos conciliares, com relevância no âmbito da implementação do novo modelo de clero. A pedagogia relativa ao sacramento da Ordem, as condições para o seu ministério, a formação exigida, a vida interior, a morigeração dos costumes, as vestes talares, o afastamento de todas as actividades profanas, mesmo que legítimas» – Cf. *História Religiosa de Portugal...*, ed. cit., vol. II, 25; *Decretos e determinações do Sagrado Concílio Tridentino*, [s. n.], «Clero Secular», 362.

cumprir a deliberação do decreto sobre as imagens e relíquias: a alternativa que equilibradamente usou foi a de promover o património hagiográfico que Portugal possuía; servir-se de uma forma artilosa de tudo o que pudesse ajudar como fonte mobilizadora de uma prática religiosa mais fervorosa...

Neste contexto, veremos que a relíquia funcionará como um meio de publicitar, propagandear, de uma forma mais persuasiva e rápida, o projecto conciliar...

Concentrar-nos-emos – com a consciência de que não faremos mais do que um esboço... – em dois casos paradigmáticos:

O «santo lenho» da Sé de Évora

A freguesia de Vera Cruz de Marmelar, ou Marmelal – graças à relíquia do santo lenho que lhe deu celebridade desde o século XIII – foi uma das comendas mais consideráveis da Ordem do Hospital, Crato ou Malta. A herdade tinha sido dada à Ordem do Hospital por D. João Peres de Aboim – um privado de D. Afonso III que tivera um papel relevante na conquista do Algarve – para que nela se construísse um mosteiro.

O prior dos hospitalários portugueses era nessa altura D. Afonso Pires Farinha, soldado muito nobre e prestigiado que – antes de iniciar a construção do mosteiro, em 1268 –, como reza a lápide que foi colocada na capela-mor da Igreja, «transivit ultra mare III vicibus, et vixit ibi longo tempore, et fuit in multis periculis et actibus armorum»²¹. Numa dessas viagens «ultra mare», talvez participando na sétima e última cruzada, teria viajado até à Terra Santa, de onde trouxe uma relíquia do santo lenho, uma significativa porção da cruz de Cristo...

Jorge Cardoso, em *Agiologio Lusitano*, diz que – transmitindo sem tirar nem pôr o que a tradição veiculava – a ilustre relíquia tinha como destino a Sé de Évora que o bispo D. Durando acabara de fundar²². No entanto, a mula que a transportava, chegada a um lugar chamado Fonte Santa, recusou-se teimosamente a avançar enquanto não lhe tiraram a «sagrada carga»... Todos ficaram estupefactos perante aquele sinal que interpretaram como milagroso. Acrescenta Jorge Cardoso: «E para ficar mais famoso o milagre, brotou a terra hum canal de agoa, que hoje persevera, com o título de Fonte-Sancta, e o Arrieiro metendo na terra a vara com que picava a mulla, em continente se vio hum formoso pinheiro, de que ainda há memoria, por mais que os romeiros o levem em Cruzes, pelas quaes obra o Ceo grandes maravilhas»²³.

²¹ José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 261.

²² Esta opinião é reiterada por outros historiadores como Frei Lucas de Santa Catarina em *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta* – Cf. José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 262.

²³ Jorge CARDOSO, *Agiologio Lusitano*, III, Lisboa, 1666, 55.; José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 262.

Depois destes prodígios não restavam dúvidas a D. Afonso Pires Farinha de que era vontade divina que o santo lenho ficasse em Marmelar...²⁴

A devoção ao santo lenho ganhou rapidamente uma enorme devoção, a que a Corte não ficou alheia. O Rei D. Dinis, nos últimos anos de sua vida teria pedido a relíquia para a contemplar, usufruindo dos benefícios de tal preciosidade. Sabe-se que uma cláusula que impôs aos seus testamenteiros foi a de que a devolvessem ao Mosteiro de Marmelar...²⁵

Talvez por isso, D. Afonso IV tenha acalentado uma especial devoção a esta relíquia, principalmente no complicado período de reconquista. Em 1340, quando ocorre à capital da Andaluzia com um exército de 4000 cavaleiros e 1000 peões eborenses – recorde-se que a Corte estava em Évora na altura –, seguia na hoste lusitana um D. Álvaro Gonçalves Pereira – sucessor de D. Afonso Pires Farinha no priorado da Ordem do Hospital – que levava, por ordem do monarca, o santo lenho de Marmelar...

Os escritores antigos são unânimes quando se referem à importância da participação da relíquia na Batalha. No *Nobiliário do Collegio dos Nobres* – documento de um autor anónimo, provavelmente participante no confronto, publicado pela primeira vez por Alexandre Herculano²⁶ e, em meados do nosso século, por Alfredo Pimenta – na *Chronica de El Rey Dom Afonso o Quarto* de Rui de Pina, em *Dialogos de Varia Historia* de Pedro de Mariz²⁷, descreve-se a veneração com que todos adoravam o santo lenho e a importância que a relíquia teve no ânimo e confiança dos soldados...²⁸ Nas alturas em que os corpos se rendiam ao cansaço e o ânimo adejava, acalentavam e fortaleciam a fé olhando e sentindo a proximidade de relíquia tão sagrada. No cansaço da batalha, incapazes de suster as investidas inimigas, e sentindo a iminência da derrota, deram pelo desaparecimento da relíquia. D. Álvaro Pereira, sabendo do acontecido, ordenou, em desespero, que a procurassem... Tudo mudou no momento em que o cavaleiro que encontrou o santo lenho rompeu entre os soldados portugueses, que «logo em si sentiron que a graça de deus era com eles porque se acharon (...) valentes e esforçados come en começo da lide» e «seguiram a vera cruz por hu ya»²⁹, corajosos e enraivecidos, pondo o inimigo em debandada...

²⁴ Existem dúvidas relativamente ao facto de saber se foi a vinda da relíquia o motivo da fundação do mosteiro ou se este já existia antes destes prodígios. No entanto, tendo em conta o facto de não se encontrar qualquer referência à relíquia nos documentos relacionados com a fundação e construção do mosteiro, o mais provável é que só tenha vindo depois de terminada a construção, em 1278.

²⁵ José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 263.

²⁶ Alexandre HERCULANO, *Portugalliae Monumenta Historica, Scriptores*, I, 184-229.

²⁷ Pedro de MARIZ, *Dialogos de Varia Historia*, I, Coimbra, 1594, 179.

²⁸ Cf. Alfredo PIMENTA, *Fontes Medievais da História de Portugal, I – Anais e Crónicas*, Lisboa 1948, 211-256.; Ruy de PINA, *Chronica de El Rey Dom Afonso o Quarto do nome e settimo dos Reys de Portugal*, Lisboa, 1653, cap. LIX, 61 v; 61 r.

²⁹ Alfredo PIMENTA, *Fontes Medievais da História de Portugal*, ed. cit., I, . 234-235.

Como é que o santo lenho teria vindo para Évora?

A notícia mais antiga a este respeito é a de Jorge Cardoso em *Agiologio Lusitano*. Conta que foi vontade do monarca português que «se partisse em duas partes iguaes e ficasse huma na Sé de Évora e outra na sua Igreja de Vera Cruz, que depois exornou de prata, a maior custo, o Condestable D. Nuno Alvares Pereira, entalhando nela suas armas. Tinha antigamente de comprimento, perto de dous palmos, com dous braços iguaes, hum no cimo, outro no baixo»³⁰.

No entanto – e esta informação escapou aos historiadores dos séculos XV, XVI e XVII – a relíquia não foi para a Catedral de Évora imediatamente após a batalha do Salado. No Arquivo Capitular da Sé de Évora encontrou-se um documento em pergaminho datado de 1468, com o título «Doação do retavolo do lenho e outras peças pelo Bpo Dom Luis»³¹ – inédito até 1940, ano em que foi publicado pelo cónego Jerónimo de Alcântara Guerreiro no jornal *Notícias de Évora* –, de onde se conclui que o santo lenho, antes de vir para a Catedral a 18 de Abril de 1468, se encontrava na «hermida da sta. Cruz» que estava «aa porta da alagoa». Diz-se ainda que D. Luís Pires, na referida cerimónia, antes da trasladação da relíquia para a Sé, pegou na preciosidade com as suas próprias mãos e colocou-a num tabernáculo todo de prata, ricamente trabalhado e ornado, que ele próprio oferecera...

Curioso é notar que 1468 é o último ano em que D. Luís Pires é prelado de Évora, de onde se poderá inferir que tivesse algumas preocupações relativamente à segurança de tão precioso relicário que a partir de então confiaria à guarda do Cabido no tesouro da Sé.

O lugar da deposição do santo lenho foi a então Capela de S. João Baptista, que mais tarde viria a ser designada por «Capela da Cruz», «Capela da Santa Cruz», «Capela da Vera Cruz» e também «Capela do santo lenho»³².

Apesar da importância que a relíquia tivera – recorde-se, por exemplo, os relatos que descrevem o enlevo e a adoração com que o cardeal D. Afonso, filho do rei D. Manuel, por ocasião de uma «visitação» à Sé de Évora no ano de 1537 a viu, na sacristia, acompanhada de muitas outras relíquias...³³ –, ao santo lenho ainda

³⁰ Jorge CARDOSO, *Agiologio Lusitano*, ed. cit., III, 55.; José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 275.

³¹ D. Luís Pires foi Bispo do Porto durante dez anos, depois dos quais foi transferido para Évora, em 1464 – Cf. José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 276.

³² Actualmente é designada por «Capela do Santíssimo Sacramento»; em 1537, por ocasião de uma «visitação» do Cardeal D. Afonso, filho do Rei D. Manuel, a capela é designada como «da invocação de S. Pedro e S. Paulo» – Cf. José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 279.

³³ Será D. Afonso quem encomendará a Cristóvão de Figueiredo vários painéis temáticos relacionados com o santo lenho... – Cf. José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 293; 297.

estavam reservados tempos de maior fulgor que começarão precisamente em 1540, data em que Évora foi elevada a arcebispado...

Em 21 de Abril de 1540, apenas com 31 anos de idade, falecia o referido cardeal Infante D. Afonso, bispo de Évora. No dia 3 de Agosto seguinte, o seu irmão D. João III escrevia ao Papa Paulo III solicitando a elevação de Évora a arcebispado que seria provido pelo seu outro irmão D. Henrique, então arcebispo de Braga. Um dos argumentos era o facto de não convir ser provido de um bispado, e além deste, Évora era uma das principais cidades do reino e o bispado um dos principais em rendas e em grandeza... No dia 24 de Setembro imediato o Papa elevou a diocese eborense à dignidade metropolitana dando-lhe por sufragâneos os bispados de Silves e o distrito de Olivença.

D. Henrique trouxe da cidade dos Arcebispos a experiência de vinte e dois anos de pontificado. A obra que levará a cabo em Évora dirá bem da sua cultura humanista, do seu fervor religioso e profundo empenho no engrandecimento de Évora: o Colégio dos Meninos do Coro da Sé, o Colégio do Espírito Santo, a Universidade e o Hospital da Universidade, o Colégio da Purificação, o Convento do Bom Jesus de Valverde, o Convento dos Capuchos, a Igreja de Santo Antão, a fonte da Praça Grande são testemunhos elucidativos...

Acreditamos que, ao longo da segunda metade do século XVI – a época de maior pujança económica, social, política e religiosa de Évora, graças à presença prolongada da corte, ao círculo de humanistas e de artistas protegidos pelo cardeal, à fundação da universidade e à multiplicação de conventos... –, quase por arrastamento, se revitalizasse o culto da relíquia do santo lenho como forma de dignificar a Sé e de mobilizar toda a população heterogénea de Évora para uma prática fervorosa da fé...

Já em 1559 – ano da fundação da Universidade – aquela capela conseguia recolher elevados tributos, de tal forma que o cardeal obtém do Papa Paulo IV a criação de 26 conezias para estudantes de Casos de Consciência, que teriam como responsabilidade, sendo sacerdotes, celebrar uma missa semanal pelo cardeal D. Henrique; não o sendo, rezar os sete salmos penitenciais...³⁴

Mas não ficaram por aqui os benefícios conseguidos pela capela da relíquia: em 8 de Março de 1562 conseguiu do mesmo sumo pontífice a graça de celebrar o «Jubileu da Exaltação da Santa Cruz» – repare-se que estávamos longe da XXV sessão conciliar em que se trataria da questão das relíquias, o que prova o

³⁴ António FRANCO, *Évora Ilustrada*, Livro III, Évora, 1945, pp. 240-241; os Estatutos da Universidade estipulam com todo o pormenor a atribuição, as quantias e os deveres destas capelarias – Cf. *Statutos ordenados pello muy alto e Excelente Principe e Serenissimo Senhor Dom Henrique por merçe de Deos e da Sancta Igreja de Roma Cardeal do titulo dos Sanctos quatro Coroados Iffante de Portugal legado e Arcebispo de Lisboa, Pera a Universidade que ordenou e fundou na cidade de Evora da invocação do Spirito Sancto com autoridade do Sancto Padre Paulo Quarto*, B. N., cód 2698, 72-78.

vanguardismo da actuação do Cardeal – dando resposta ao «singular affecto de devoção» com que o cardeal venerava aquela relíquia³⁵

A bula pontifícia rezava que, para lucrar a indulgência plenária e a remissão de todos os pecados «na forma do Jubileu dos Anos Santos, que se celebram de 25 em 25 anos», era necessário cumprir as condições seguintes: confissão ou propósito de se confessar dentro do tempo estipulado pelo direito canónico; visitar a Capela do santo lenho da Sé de Évora desde o meio dia do dia 13 de Setembro, até ao pôr do sol do dia 14 de Setembro – dia da Exaltação da Santa Cruz; rezar cinco vezes o Pai-Nosso e a Avé-Maria «pelo feliz estado da Igreja Universal e da Religião Cristã e pela paz entre os príncipes cristãos»³⁶.

Como era previsível, a afluência de crentes foi tal, que a Sé se tornava pequena e a capela do santo lenho inacessível para os que faziam questão de tocar a relíquia preciosa. Tornava-se até perigoso para as mulheres e crianças que não conseguiam suportar tais constringências... Foi aliás com estes argumentos, que D. Henrique solicitou ao Papa que o Jubileu se pudesse alcançar visitando simplesmente a Sé, não sendo necessário ir a Capela do santo lenho e tocar o objecto de culto – preceito, aliás, que a bula de 9 de Março de 1562 não impunha.

Rezava assim o referido documento:

«Atentos à grei do Senhor divinamente confiada à nossa vigilância, como nos é superiormente concedido exercendo o munus de observar tudo o que respeita à salvação das almas e para que elas se ganhem para o Senhor. De feito ainda há pouco o nosso dilecto filho Henrique, cardeal presbítero do título dos Santos Quatro Coroados, conhecido como infante de Portugal, nos expôs que, desejando nós recentemente que fosse tida na devida veneração a Capelania perpétua do altar de Vera Cruz situada na igreja de Évora, para que fosse frequentada pelos fiéis cristãos com as honras convenientes, a todos e a cada um dos fieis de um e outro sexo, verdadeiramente arrependidos e confessados, ou tendo o firme propósito de se confessarem nos dias estabelecidos pelo Direito Canónico, os quais visitassem devotadamente a dita Capela no dia da festa da Exaltação da mesma Vera Cruz desde as primeiras vésperas até ao pôr do sol do mesmo dia todos os anos, e aí rezassem então determinadas preces, e tocassem uma certa porção do Lenho da Cruz, como piamente se crê, na qual pendeu pela redenção do género humano, que se guarda e oculta na dita Capela com grande devoção, conseguissem a remissão e indulgência plenária de todos e cada um dos seus pecados, com autoridade apostólica misericordiosamente concedemos e perdoámos, conforme se contém mais plenamente nas nossas Letras de então.

³⁵ Cf. José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 289

³⁶ José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 287.

Como, porém, a mesma exposição acrescentava ser tamanha a concorrência de povo à mesma Capela no dia da dita festa para lucrar esta indulgência, porque cada um dos fieis deseja lucrar essa indulgência, não podem entrar na sobredita Capela e tocar esse Lenho da Vera Cruz, sem grande aflição e aperto principalmente das mulheres e crianças e perigo de muitos. Por isso o dito cardeal Henrique nos pediu humildemente que nos dignássemos com benignidade apostólica providenciar oportunamente sobre o que expôs. Inclinamos, portanto por essas súplicas, apoiados também na misericórdia de Deus todo poderoso e na autoridade dos seus Santos Apóstolos Pedro e Paulo, a todos e a cada um dos sobreditos fieis de ambos os sexos, que no dito dia visitarem devotadamente a Igreja Eborense, à qual, bem como a sobredita Capela, o dito cardeal Henrique tem singular afecto de devoção, e aí tiverem rezado devotadamente as preces na forma prescrita nas ditas Letras, mesmo que não entrem na dita Capela e não toquem o tal Lenho da Vera Cruz, com autoridade apostólica misericordiosamente no Senhor concedemos e perdoamos, perdurando as mesmas condições, como quisemos que perdurassem, conforme as ditas Letras (...)

Dado em Roma junto de S. Marcos sob o Anel do Pescador no dia 22 de Julho de 1564 no Quinto Ano do nosso Pontificado»³⁷.

Outro facto que pode denunciar a «promoção henriquina» do santo lenho que vimos sustentando é a laboração de um novo relicário, muito provavelmente no tempo do Cardeal. Frei Lucas de Santa Catarina diz que foi D. Álvaro Gonçalves Pereira, pai de D. Nuno Álvares Pereira, quem recolheu a relíquia numa «preciosa ambula» que existia na altura na Igreja de Vera Cruz³⁸. No entanto, o relicário da Vera Cruz que ainda existe – em forma de custódia, diademada por seis estrelas e encimada pela cruz de malta – não pode ser o supracitado relicário de D. Álvaro Gonçalves Pereira. Por um lado, pelos motivos de ourivesaria claramente inspirados na empreitada dos descobrimentos; por outro, pela «Cruz de Malta aspada» – que é posterior à antiga cruz dos Hospitalários, que está, por exemplo, no nicho da capela do santo lenho –, e ainda, pela cruz arqui-episcopal que nos diz ser posterior a 1540³⁹.

O «Tratado dos Mártires»

Uma das facetas da acção do cardeal-inquisidor foi a de reformador das ordens religiosas. Aliás, para além de ser legado *a latere*, será nomeado pelo

³⁷ Seguimos a tradução do cónego José Mendeiros – Cf. José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 288-289.

³⁸ Frei Lucas de Santa CATARINA, *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*, Lisboa Ocidental, 1734, I, 393.

³⁹ Cf. José F. MENDEIROS, *O santo lenho...*, ed. cit., 275.

pontífice – em 1567 – para acumular com essas outras incumbências... Tinha todo o poder para interferir em questões relacionadas com a disciplina das ordens regulares, para reformar as estruturas monásticas...⁴⁰ Teve, portanto, um papel fundamental no contexto religioso da época.

O mosteiro de Santa Cruz, desde meados de quatrocentos, vinha sofrendo uma crise crescente que se manifestava num descuido da vivência espiritual e num desleixo da preparação intelectual. Apesar das meritórias tentativas de reforma interna – nomeadamente nos priorados de D. Gomes Ferreira (1437-1459), D. João da Costa (1463-1474) e a iniciada pelo prestigiado Frei Brás de Barros em 1527 –, a crise persistia nos inícios da segunda metade da século XVI

Ao longo dessa centúria, os esforços reformistas vão no sentido de reorganizar a instituição sob a intervenção das entidades governativas, passando a família real a ter cada vez mais poder na determinação do funcionamento da vida do convento. Após 1507 o cargo de prior-mor passou a ser ocupado por membros da família real. O cardeal D. Henrique receberá essa investidura em 1526, começando assim, com 14 anos a sua carreira eclesiástica⁴¹; em 1556, Paulo V instituiu formalmente a «Congregação dos Cónegos Regulares de Santa Cruz»⁴².

Como «Prior de Santa Cruz», o cardeal D. Henrique «reduz» os cónegos à sua primeira observância, fez melhorias e restauros no edifício material, e, estamos convencidos disso, foi sua iniciativa promover culto às relíquias dos mártires de Marrocos como forma de revitalizar o funcionamento do mosteiro e chamar as massas que urgia catequizar.

O exemplo claro deste compromisso foi a publicação de um livrinho intitulado *Tratado da vida e Martírio dos cinco mártires de Marrocos enviados per São Francisco*⁴³, impresso em Coimbra no mês de Fevereiro de 1568⁴⁴, que o cardeal teria mandado dar à estampa⁴⁵.

⁴⁰ Amélia Maria Polónio da SILVA, *O Cardeal Infante D. Henrique Arcebispo de Évora...*, ed. cit., 22-23.

⁴¹ *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 1993, vol. III, 170.

⁴² Foi tal o descontentamento por parte dos frades que, dois anos depois – 1558 –, o «prior da claustra» envia para Roma, como embaixadores, os cónegos D. Clemente e D. Filipe Pegado – Cf. *História Religiosa de Portugal*, ed. cit., «Cónegos Regulares de Santa Cruz», 436.

⁴³ *Tratado da vida e Martírio dos cinco mártires de Marrocos*, (introdução, notas e índice de António Gomes da Rocha Madahil, Coimbra, 1928. É muito interessante verificar que, depois de uma fase de promoção do culto às relíquias dos Santos Mártires, há propósito de o difundir, oferecendo parte das relíquias dos santos aos mosteiros da ordem – o caso de Grijó, em 1589 –, como também a casas de outras ordens e a várias dioceses – Cf. *História Religiosa de Portugal...*, ed. cit., «Cónegos Regulares de Santa Cruz», 436.

⁴⁴ Cf. *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., XXIII.

⁴⁵ Diga-se que na introdução se refere «foy mādado pollo Reveredissimo Señor o padre Prior de Scta Cruz geral da ordem tresladar esta historea em lingoagem e ãprimilla pera que se possa vulgarmēte saber a grandeza e gloria destes sanctos pera mayor louvor de Deos», embora não

É um pequeno volume com 77 páginas, e constituído por três partes distintas: um prólogo, um excuro biográfico dos mártires de Marrocos, e uma recolha de milagres...

Recorde-se que haviam já passado quatro anos da publicação do decretos conciliares... Em muitos aspectos os esforços para morigerar os hábitos e as mentalidades tinham-se mostrado inúteis. A este respeito, é significativo um breve do papa Pio V – «*Invaluisse*» –, datado de 18 de Junho desse ano – 1568 –, em que apelava ao cardeal para persistir no seu esforço por acabar com os abusos de que ouvira falar, relativamente à prática religiosa...

Refere-se no documento:

«Soubemos que nas igrejas catedrais como nas outras seculares e regulares se introduziu o abuso de homens nobres e outros leigos. Enquanto se celebram os ofícios divinos assentam-se nas capelas-mores e nos coros, nem se envergonham de estar, impedindo não pouco os ministros que nas mesmas igrejas celebram os ofícios. Embora tenha sido proibido pelos decretos dos sínodos provinciais, contudo muitos, assim o ouvimos, julgando que isto lhes é lícito por causa de licenças impetradas da Sé Apostólica pela importunidade ou talvez pela sugestão do falso, desprezam tais decretos.

Mas como deve ser abolido tal abuso que perturba não pouco o culto divino e se deve observar o devido decoro nas igrejas principalmente no tempo dos ofícios divinos, pelo teor das presentes mandamos à tua circunspecção que, não obstante algumas licenças a tal respeito, proíbas e interditas, pela autoridade apostólica sob graves penas, que alguma pessoa secular mesmo de alguma dignidade se atreva a sentar-se ou a estar nas capelas-mores e coros das ditas igrejas enquanto se celebram os ofícios divinos; e o que a este respeito estabeleceres cuidarás e farás observar diligentemente mesmo que seja preciso implorar o auxílio do braço secular...»⁴⁶

Como veremos, a obra em questão – embora não tenha sido uma consequência directa desta solicitação – terá um papel importantíssimo nesse propósito de educar as massas, revelando, por outro lado, que havia a clara noção de que esse património hagiográfico deveria ser usado como uma espécie de «arma contra a heresia»⁴⁷.

O prólogo da obra é particularmente significativo: Por um lado é clara a ideia de que foram directrizes hierárquicas que incentivaram a sua produção e

tenhamos a absoluta certeza de que este « padre Prior de Scta Cruz geral da ordem» seja o cardeal D. Henrique... – Cf. *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 5.

⁴⁶ José de CASTRO, *Portugal no Concílio de Trento...*, ed. cit., vol. VI, 224.

⁴⁷ André VAUCHEZ, *Saints, prophètes et visionnaires. Le pouvoir surnaturel au Moyen Age*, Paris, 1999. (Tradução italiana de Roberta Ferrara – *Santi, profeti e visionari, Il soprannaturale nel medioevo*, Bolonha, 2000, 191-207.

divulgação; de que a feitura da obra resultou da constatação, por parte da Igreja, da importância que naquele contexto tinha o «pregão» da santidade e das virtudes dos mártires; por outro, patenteia o conceito de relíquia como «significante» essencial na vivência da fé... «assessor da alma» no caminho para Deus, e o «palpável conhecimento» e a contemplação das imagens como formas de fortificar a fé e de alcançar a perfeição...

«Quando na alma do Christão acõteçe aver fraqueza da fê, e frieza de devação (cousas que muyto rebotã o Sptû pera o verdadeyro conheçimêto de Deos e cõprimêto de sua sancta vôtade) parece muyto necessario remedio socorrer se ao exterior conheçimêto da grandeza do poder e misericordia divina que o Senhorcõ aquelles usou que de todo lhêregarão suas proprias vôtades, cõ obras do amor divino e charidade do proximo, por onde mereceram o abũdantissimo premio da gloria. Porque cõ esta cõsideração e palpavel conheçimento não somente virã a tal alma fortificar se na fê Christã, mas tãbê alcãçara perfeita dèvação ã Deos e seus sanctos, imitãdo suas virtudes e excelêtes obras. Assi como tãbem polla corporal vista das pinturas dos sãctos se faz spũal memoria de suas singulares vidas e mereçimêtos, e por ella se renova devação nas almas, pera os hõrrar e seguir. E por esta rezam a egreja catholica nossa mãy e mēstra nos põe diante cada dia per diversas maneiras as gloriosas memorias dos bēavêturados, que pellejãdo nesta vida cõtra o diabo, mũdo, e carne, forã coroados cõ descãso perpetuo na gloria e inmortal fama na terra. Como forão os cõco frades discipulos de são Francisco que padeçerão singular martyrio em Marrochos per mão del Rey Miramolĩ polla fee de Christo e seu sancto nome, e fizerão trazer seus corpos ao Mosteyro de Sancta Cruz de Coĩbra, õde, posto que sejam mui venerados e reverēciados daquelle sagrado convêto. E assi de todo o povo da Cidade e sua comarca por seus grandes mereçimêtos, parece que faltava o derradayro pregão de sua sãctidade, martyrio e valia que tem ante o eterno Deos».

Um aspecto que dá representatividade ao *Tratado* é o facto de ter sido uma espécie de obra *ad hoc*, escrita com base num trabalho de recolha e selecção, e com uma finalidade específica: recontar no essencial, e veicular «a verdade» sobre o culto em questão...

A obra teria sido resultado da tradução de um narrado antigo em latim que existia no mosteiro. Como continua o referido prólogo: «... Cõ a publicação da sua história que no dito convêto de Sacta Cruz staa scripta ã latim dõde se esta tirou em lingoagê cõ ajuda das chronicas deste reyno⁴⁸.

⁴⁸ Segundo António Gomes da Rocha Madahil, provavelmente o tradutor teria tido como fontes, para além dos manuscritos do mosteiro, a *Crónica de D. Afonso II* de Rui de Pina, e a 1ª edição – de 1557 – das *Crónicas da Ordem dos Frades menores* de Fr. Marcos – Cf. *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., XL.

Portanto, com a ajuda do património de milagres, romarias e procissões, e das crónicas do reino, escreveu-se um livro de «piedade e devoção» com um carácter nitidamente popular e local.

Recorde-se, brevemente, a biografia dos mártires. S. Francisco, treze anos depois da sua conversão, mandou seis seguidores italianos a Marrocos, com o intuito de converter o rei Miramolim, para mais facilmente converter os seus súbditos. Durante a viagem, em Aragão, morreu frei Vidal, o frade superior. Em Portugal, impressionaram pela sua devoção e santidade...

A pregação aos mouros começa em Sevilha, onde enfrentaram as primeiras injúrias e açoutes. Vão para Marrocos com D. Pedro Fernandes de Castro que, desavindo com o rei de Castela, também fazia questão de passar àquelas partes. Em Marrocos estava também o infante D. Pedro, irmão do rei português D. Afonso II, que os agasalhou... Não tardará muito para que, em consequência da sua pregação, sejam presos, torturados e recebam, «generosamente», o martírio... Os seus corpos são feitos em pedaços e lançados fora da cidade. Os mouros, ao verem o empenho de alguns portugueses em recolher aquelas relíquias – como D. Pedro Fernandes de Castro, que é morto por isso – tentam queimá-las: «...o fogo nũa pegou nelles, mas antes se afastava das carnes sagradas e apagava por mays que o attiçassem (...) E hũa cabeça delles muytas vezes deytará no fogo e logo saltava fora, e assi ficou saã do lume sem queimadura e cõ os cabellos inteiros, assi como se mostra no mosteiro de sancta Cruz»⁴⁹. As relíquias dos mártires seriam trasladadas para Portugal por intermédio do infante D. Pedro, realizando desde logo inúmeros prodígios...

O primeiro aspecto que gostaríamos de salientar – curioso e sintomático – é o facto de a obra ter sido alvo de pouco cuidado editorial... Em vários momentos, e relativamente a vários aspectos – por exemplo, a ausência de título na cabeça das páginas, a falta de numeração quer de página quer de folha, a forma de divisão silábica etc... – isso é bem patente⁵⁰. O descuido e falta de originalidade – como demonstra Rocha Madahil – é visível na composição da portada. De facto, usa tarjas soltas, estratégia que – embora tivesse sido muito usado ao longo do século XVI – caía agora em desuso. O próprio impressor João Álvares⁵¹ já usara em obras anteriores portadas inteiriças, mais cuidadas e cerimoniosas, e também, por consequência, mais dispendiosas⁵². Além disso, é manifesta a pouca exclusividade

⁴⁹ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 50.

⁵⁰ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., XX;XXII.

⁵¹ João Álvares, depois de alguns anos em Lisboa, estabeleceu-se em Coimbra onde trabalhou – em sociedade com João de Barreira – para o Colégio da Artes e para a Universidade – publicando *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., XXIII.

⁵² *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., XXVIII.

das gravuras – por exemplo a figura orante da portada –, constituídas por motivos que se encontram em obras antigas e contemporâneas...⁵³

No verso da portada foi impressa uma imagem com os emblemas da Paixão... Nas palavras de António Gomes Madahil «não gravou para regalo dos olhos, pretendeu comover a alma, e para tanto lhe bastou um simples apontamento a traço singelo cuja ingenuidade mais acentua a intenção, inata, de resto, a tal processo de gravar».⁵⁴ Também aqui se acusa a pouca diligência ou imperícia do gravador que pôs ao contrário o próprio letreiro que sobrepunha a cabeça de Cristo; e a imagem que se põe na parte inferior desta página – em que cinco figuras rodeiam outras duas, aureoladas, que seguram um ramo com uma pomba mística –, que se poderia pensar propositadamente executada para ilustrar o *Tratado*, se encontra no *Breviariū Brachareñ*, impresso pelo mesmo João Álvares e por João Barreira em 1549...⁵⁵

O próprio acto de traduzir revela explicitamente o desejo de ampla difusão, uma forma de acrescentar o «público dos santos»⁵⁶. Até a forma do livrito: um pequeno e ágil volume, uma espécie de «livro de bolso», tornava-o acessível e manejável; o texto, por sua vez, é de uma grande fruição: a simplicidade sintáctica e lexical, o predomínio narrativo e a acção animada, prendem o leitor. Serve como exemplo, a descrição do acolhimento das relíquias – em 1220 – na cidade de Coimbra⁵⁷ –, em que, de uma forma directa e graciosa, usando passos narrativos que são como que um topos literário do género, transmite a sensação da energia sobrenatural que aquelas relíquias fruía... ..

«Sendo jaa jūta toda a cleresia com suas cruces e todo o povo da Cidade, no lugar onde estavam as Sanctas reliquias, chegou el Rey de sua caça e adorou as fazêdo oraçam devotamente, logo se ordenou ha procissam e fez seu caminho com Te Deū laudamus, e o proseguirã atee a Cidade com outros Hymnos e canticos, e o povo diante e detras festejãdo a honra dos Martyres. El rey e Rainha sempre vieram a pee na procissam, a qual êtrou na Cidade polla rua de Figueira velha, e logo começarã os sinos em todas as eggrejas a rrepicar. E passando o chafariz e fonte de São São a procissam hia entrando polla rua de Curuche, por a temçã del Rey da cleresia e do povo ser levarem as reliquias á See eggreja principal da Cidade, mas ha mulla que as trazia que vinha no meo da procissam chegando defronte da porta

⁵³ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., XXX.

⁵⁴ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., XXXIII.

⁵⁵ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., XXXIV.

⁵⁶ *Il Pubblico dei santi – Forme e livelli di ricezione dei messaggi agiografici*, a cura di Paolo Golinelli, Roma, 200.

⁵⁷ «Da êtrada dos Martires na Cidade e como misteriosamête foram postos no mosteiro de Seta Cruz» – Cf. *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 59-61.

principal de sc̄tã cruz sayose da rua e foy se por aa dita porta que estava fechada e posto que da lii ha quiserã tirar ella nũca se quis mudar por mais pancadas que lhe deram, baterã á porta e tanto que foy aberta a mulla se meteo dẽtro e foi direita ao altar moor e antes que chegasse a elle hũ espaço pos os giolhos no chã e assi esteve atee que lhe tiraram a cayxa das reliquias de cima. E naquelle lugar onde a mulla se pos mandou el Rey por hũ rico relicairo onde se poseram as sanctas reliquias e nelle estiveram algũ tempo. Deste feyto ficou aquelle povo muyto maravilhado dando louvores a nosso senhor por tam grande sanctidade domẽs mostrar em seu tempo, tomando nova e dobrada devaçam dos sanctos Martyres, aos quaes cada hũ em particular pediam ajuda e favor em seus trabalhos. E logo começaram de correr a elles muytos efermos de diversas efermidades e alii recebiam saude por merecimentos dos sanctos. E coma fama que per todo reyno correo e fora delle destas sanctas reliquias e seus milagres muita gẽte vinha a ellas em romaria a pedir saude e consolaçam espiritual e corporal em suas necessidades o que todos alcãçavam»⁵⁸.

Pensamos que a vida e o modelo de santidade tipificado pelos mártires de Marrocos servia perfeitamente o ideário contra-reformista: o espírito cruzadístico, o proselitismo religioso dentro do Islão, a ideia das outras crenças como «manifestações do maligno», a fervorosa imitação de Cristo, a obediência à Igreja, a forma dadivosa como desejaram o martírio eram argumentos convenientes. Pela forma como a obra é escrita, em muitos aspectos, é uma maneira de refutar e de demonstrar a fraqueza das teses eclesiológicas do protestantismo⁵⁹...

Tentaremos pensar alguns deste pontos, salientando desde já, que importam não pela novidade, mas por serem defendidos agora, claramente, com um redobrado vigor...

Uma ideia forte que perpassa o *Tratado* é a da «Cristocentralidade», e a defesa da fé católica como a única asseguradora da salvação⁶⁰ – «nos nenhũa fee vituperamos porque nã ha hii outra fe se não a dos christãos...»⁶¹. As outras crenças são «lugares do diabo»⁶², «manifestações diabólicas» cujos crentes terão como fim o sofrimento nas labaredas do inferno.

⁵⁸ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 59.

⁵⁹ Romeo DE MAIO, *L'Ideale eroico della santiitã nella controriforma*, in *Società, chiesa e vita religiosa nell'«Ancien régime»*, a cura di Carla Russo, Guida Editore, Napoli, 1976, 285-308; Victor TAPIÉ, *Iconografia Barroca e sensibilitã cattolica*, in *Società, chiesa e vita religiosa nell'«Ancien régime»*, a cura di Carla Russo, Napoli, 1976, 309-350.

⁶⁰ Cf. *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 20; 22; 23; 24; 26; 27; 31; 33; 34; 37; 38; 39; 40; 41.

⁶¹ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 39.

⁶² Cf. *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 13; 16; 18; 26; 27; 38.

A páginas tantas, depois de terem sido açoutados e torturados, um príncipe mouro, de nome Abozaide perguntou-lhes: «...vos outros muyto fallaes na verdade, e affirmaes que todolos outros homẽs sam mintirosos e vos soos fallaes verdade hora pois coitados dizey que cousa he verdade ifalivel? E que caminho he este que dizeis da verdade e ho caminho da verdade? Respõdeolhe frey Otto Christo he a sũma verdade e ho caminho da verdade he crer em Deos padre todo poderoso, no filho e no Spũ Sctõ que he trino ã pessoas, mas hũ soo em divina essẽcia e quẽ isto nam quiser crer nũca merecera ser salvo...»⁶³

E mais tarde, em diálogo com o próprio monarca mouro dir-lhe-ão: «...como amigos de tua alma viemos nos visitar tua terra, porque nos somos progoyros daquelle mui alto e justo juyz para te denũciar a fee de nosso senhor Jesu Christo, ha qual se firmemente crendo nam tiveres serás julgado aa morte eterna pera ni Inferno com teu falso Mafamede seres castigado e quymado.»⁶⁴

O excursu biográfico apresenta a vida dos frades como uma honrosa imitação de Cristo – «imitando em tudo a vida e a doutrina» –, bem patenteada na coragem com que superaram o instinto de rejeição da morte, e aceitaram a dor e o martírio... E Cristo era a Igreja a que obedeciam renunciando totalmente à sua deliberação. Simplesmente se entregaram como figurantes de um anseio messiânico... Uma espécie de «quietismo pedagógico»⁶⁵ muito vincado...

Quase sempre o milagre tem a forma de seco registo⁶⁶, directo e sucinto. A proveniência dos miraculados, a razão do milagre, os nomes, as datas, algumas vezes até a referência ao «estromento pubrico» que foi lavrado na ocasião⁶⁷, dão tonalidade local e funcionavam como estratagemas de veracidade, factores asseveradores da autenticidade... Foi o Vasco Martins do Campo que os mártires livraram da peste; o João Cabelos que morava nas Coalhadas a quem os mártires tiraram uma dor no coração; um tabelião de Soure a quem os mártires apareceram e deram saúde; um Fernão Vaz, escudeiro, morador na cidade de Coimbra que «tinha hũ filho quebrado offercerãno aos sanctos, e logo ouve saude em Julho de mil quatrocentos e XXI» etc...

No *Tratado* é essencial o papel da narração milagrosa apresentada como uma forma de reacção anti-reformista. Uma das vertentes da crítica protestante,

⁶³ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 33.

⁶⁴ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 37.

⁶⁵ Romeo DE MAIO, *L'Ideale eroico della santità nella controriforma...*, ed. cit., 300.

⁶⁶ Veja-se por exemplo: «Hũ Fernã vaz escudeiro morador nesta cidade tinha hũ filho quebrado offercerãno aos sanctos, e logo ouve saude em Julho de mil quatrocẽtos e XXI» – Cf. *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 70.

⁶⁷ É muito curioso constatar que as duas referências ao «estromento pubrico» existente no mosteiro como prova da verdade destes milagres são relativas aos dois últimos relatos acontecidos no mesmo ano de 1530, o que pode ser sintomático do clima de contestação e descrédito de que estes fenómenos estavam a ser alvo – Cf. *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 75; 76.

recorde-se, tinha a ver com a ideia do «fim dos tempos dos milagres», que viam como um privilégio da Igreja primitiva, olhando com desconfiança a hodierna ideia de fé fundamentada no maravilhoso. Pelo contrário, viam o acontecimento, como uma «infracção» às leis da natureza; não provava a existência de Deus, ao invés, punha em causa a compreensão do mundo como natural e imutavelmente ordenado – este sim, critério gerador da «absoluta certeza»⁶⁸.

As narrativas apresentam-se de uma forma absoluta e inquestionável, como *signa sanctitatis*, razão de fé, manifestação da onnipotência divina sempre pronta a intervir no mundo. Portanto, a verdade do cristianismo e a sacralidade da relíquia têm aqui como principal argumento o acontecimento milagroso cujo modelo antigo se impõe...

É na análise da panóplia de milagres que se torna claro que o *Tratado* – mais do que a pessoas devotas – pretendia demover descrentes, cépticos, ou simplesmente os desmazelados na prática religiosa. Assim como se percebe que se direccionava tanto para um público mais erudito – que recepcionaria de forma especial a exaltação das qualidades morais, como para um público menos letrado, ou iletrado, mais sensível aos relatos milagrosos...

É fulcral o facto de os milagres seleccionados – porque, como se refere na obra, «outros muitos milagres tẽ feito nosso señor por merecimento destes sanctos Martyres que aqui se nam escrevẽ por evitar prolixidade, mas por estes se pode julgar quam preciosa foi sua morte ante nosso señor, e quanta tem ãte elle na gloria que cõ seus scõtõs possuẽ e gozã pera sêpre»⁶⁹ – os milagres seleccionados, dizia, funcionarem sempre por prémio pela fé e devoção de determinadas personagens. Ao contrário do que acontecia muito frequentemente na «tipologia medieval» – onde ocorriam casos de cura como estratégia para levar o descrente a crer...⁷⁰ –, verificamos que aqui não há caso algum de cura sem fé, ninguém é liberto antes de acreditar, o milagre é sempre uma espécie de recompensa pela devoção fervorosa... Ainda se deve relevar que, relativamente aos relatos miraculosos, se fez uma «escolha» quase exclusiva de um sub-género – o mais desejado, poderíamos dizer até, o mais magnético –, a cura. É precisamente isso que prova o exercício confrontativo dos milagres que aparecem no *Tratado* com os que – relativos aos mártires de Marrocos – se encontram em duas obras de referência do período medieval – a *Chronica XXIV Generalium*, e a *Chronica da Ordem dos Frades Menores do Seraphico Padre Sam Francisco*.

⁶⁸ É vasta a bibliografia sobre esta questão. Veja-se, por exemplo: Genoveffa PALUMBO, *I miracoli promessi e negati*, in *Il Pubblico dei santi...*, ed. cit., 289.; A. PROSPERI, *L' elemento storico nelle polemiche sulla santità*, in *Finzione e santità tra medioevo ed età moderna*, a cura di G. Zari, Torino, 1991.

⁶⁹ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 76.

⁷⁰ Cf. Vítor Gomes TEIXEIRA, *O maravilhoso no mundo Franciscano português da Baixa Idade Média*, Porto, 1999, 92.

Conteúdo	Tipo	<i>Crónicas dos XXIV Gerais</i> ⁷¹	<i>Crónicas da Ordem dos Frades Menores</i> ⁷²	Tratado dos cinco Mártires
<i>Coimbra: Os mártires revelam a sua morte a D. Urraca</i>	Visão	*		*
<i>Frei Beraldo faz surgir uma fonte de água</i>	Maravilha	*	*	*
<i>Deus castiga o rei de Marrocos</i>	Castigo		*	*
<i>Os mártires aparecem a D. Sancha e comunicam-lhe o martírio</i>	Visão			*
<i>As relíquias não se deixam consumir pelo fogo</i>	Maravilha		*	*
<i>As relíquias afastam as feras dos cristãos</i>	Maravilha	*	*	*
<i>As relíquias escondem os cristãos dos mouros e indicam-lhes o caminho</i>	Maravilha	*	*	*
<i>As relíquias protegem os cristãos do naufrágio</i>	Maravilha	*	*	*
<i>Em Leão, as relíquias curam um homem que não conseguia falar</i>	Cura	*	*	*
<i>Coimbra: a mula leva as relíquias para S. Cruz</i>	Maravilha		*	*
<i>livram um homem da peste</i>	Cura		* 73	*

⁷¹ *Chronica XXIV Generalium*, tradução de José Joaquim Nunes (*Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*), Coimbra, 1918, Vol. II.

⁷² Fr. MARCOS, *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, (3 volumes), Porto, 2001.

<i>tiram uma dor de coração a um homem de Coalhadas</i>	Cura			*
<i>Curam um cônego que ingeriu uma sanguessuga</i>	Cura			*
<i>Tiram um osso da garganta do prior de Santiago</i>	Cura			*
<i>Morre uma mula ao delegado do Papa</i>	Castigo		*	*
<i>Curam um moço quebrado</i>	Cura			*
<i>Curam uma mulher demoninhada</i>	Cura			*
<i>Curam um moço que «mordeu um forão danado»</i>	Cura			*
<i>Curam outra demoninhada</i>	Cura			*
<i>Aparecem a um homem e dão-lhe saúde nos dentes</i>	Cura			*
<i>Livram um homem da prisão</i>	Salvamento			*
<i>Tiram uma dor de estômago a um moço</i>	Cura			*
<i>Tolheram um homem que trabalhou no dia dos Mártires</i>	Castigo			*

⁷³ Na Crónica de Frei Marcos há referências genéricas a «outros milagres», e a outras «curas de enfermidades»; claro que os autores do *Tratado* escarpelizaram esta questão... – Cf. Fr. MARCOS, *Crónicas da Ordem dos Frades Menores...*, ed. cit., vol. I, 135 r.; Também acontece – embora seja, talvez, o único caso – existirem milagres na Crónica de Frei Marcos que não aparecem no *Tratado* – Cf. Fr. MARCOS, *Crónicas da Ordem dos Frades Menores...*, ed. cit., vol. I, 138 r.; Na obra de Fr. Manuel da Esperança, na *História Seráfica dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal* (Lisboa, 1656) o «catálogo» dos milagres aparece ampliado, e às vezes modificado... – Cf. Vítor Gomes TEIXEIRA, *O maravilhoso no mundo Franciscano português da Baixa Idade Média*, 1999, 49; 52-56.

<i>Curam um rapaz de dor de ouvidos</i>	Cura			*
<i>Curam um moço quebrado</i>	Cura			*
<i>Dão vista a uma cega</i>	Cura			*
<i>Curam uma entrevada</i>	Cura			*
<i>Curam um inchaço a um menino</i>	Cura			*

Um tipo de relatos pode ser congregado sob a designação de «milagre punitivo» que no geral veicula uma mensagem clara: a descrença, a incredulidade ou o culto pouco fervoroso dos santos mártires – independentemente do estado e condição das pessoas... – são milagrosamente punidos... Na mente do leitor, ou ouvinte, decorria a urgência – assustadora, diríamos – de respeitar e ser devoto.

«Passado por esta cidade hũ dellegado do Papa indo êtrou em Sctã Cruz e querêdo fazer oraçam aos Martyres, pergütou se herã canonizados e dizêdo lhe que nã, disse esta gête adora trufas e fez zôbaria dos sanctos e nã lhe fez oraçam nẽ acatamêto, e virouse pera se hir e estãdo pera cavalgar, ha mulla cayo morta no chã, ficou ho dellegado maravilhado do caso e os que heram presentes lhe disserã que pollo desacato que elle fizera aos Martires lhe acôtecera aquelle desastre, conheceo sua culpa e tornou-se aos Martires pedindolhe cõ muyta devaçam que lhe perdoassem e offereceo lhe grandes offertas. E da lii tornou e achou ha mulla saã e se foy»⁷⁴.

Veja-se, na mesma linha, o caso do pobre agricultor – este não aparece nas crônicas franciscanas referidas... – que não guardou a festa dos santos e deu mais importância ao trabalho que à oração:

«De hũ homẽ que trabalhou ã dia dos Martyres.

No anno de mil quatrocentos e trinta, hũ Diogo pirez morador nesta Cidade ã dia dos Martyres ante manhaã se foy a podar em hũa sua vinha que tinha de tras de sam Francisco e andando podando hũ homẽ que passava pollo caminho lhe disse Diogo pĩz nam sabeis vos que he oje dia dos Martyres que estam em sancta Cruz? Alevantou elle a cabeça pera ver quem hera e em alevantando disse, que monta ysso que oje nam he de guarda, e olhãdo pera o caminho nam vio ninguem, e tornou a podar e supitamente lhe deu hũ tremor em todo corpo e nas

⁷⁴*Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 69.

mãos que ja mais pode fazer nada, e tornou sobre sy e julgou que aquillo lhe viera por sua pouca devaçam, e logo se veo ao mosteyro de sancta Cruz e fez sua oraçam aos Martyres e lhe prometeo que em quanto elle vivesse nunca pollo seu dia faria nenhũ serviço, mas antes viria sempre a suas vespervas, missa e preeçam. E deu despoys este Diogo p̃z testemunho que aquella menhaã que aquillo lhe acõtecera elle tinha podadas oytenta ou perto de cem videiras, e que nestas nã achara nẽ hũ soo cacho aquelle ãno todo a mais vinha caregada duvas»⁷⁵.

Noutras narrações, a manifestação milagrosa surge por simpatia ou por compaixão dos santos para com pessoas que vivem num estado de doença, de sofrimento, por alguma razão presas ou subjugadas, a quem o santo por caridade liberta⁷⁶. No entanto, como já referimos, nada acontece sem o acto devocional, fervoroso... São raríssimas as vezes em que a devoção à relíquia é motivada por uma visão dos franciscanos mártires... Isso aconteceu com o tabelião de Soure que estava doente: «... e jazêdo hũa noyte cõ aquelle tormêto vieram a elle cinco frades de sam Frãscisco, e disseram lhe que tivesse nelles fee e que receberia saude e que fosse a sancta Cruz fazer sua romaria. Elle vêdo aquelle mysterio assi o fez, cûprio a romaria e foi livre daquelle mal»⁷⁷.

Também é verdade que não há estamentos sociais, nem idades privilegiadas na recepção do prodígio... É o agricultor Vasco Martins cujos filhos são livres da peste; a mulher do «ataqueiro» Fernão Vaz que recuperou a vista; o filho do carpinteiro Rodrigo Pais que as relíquias curaram de um inchaço que tinha no pescoço; mas é também o cónego do Convento de Santa Cruz que os mártires livraram de uma sanguessuga que tinha nas entranhas; João Martins, «prior de Santiago»⁷⁸ a quem, ao comer um coelho, se atravessou um osso na garganta, que, depois de fervorosa oração, expeliu diante das sagradas relíquias; enfim milagres similares acontecem com o tabelião de Soure, o delegado do Papa, com Fernão Vaz, escudeiro da cidade de Coimbra, com o sobrinho do bispo de Coimbra que estava quebrado e ficou bom...

Não se pode, portanto, dizer – antes pelo contrário... – que sejam os pobres, os trabalhadores agrícolas – provavelmente mais fiéis ao culto dos mártires – os mais milagrados na narração do *Tratado*...

Como conclusão, diríamos que o *Tratado* representa uma «trabalhada propaganda devocional». Era sedutora a ideia de que, como no passado, no passado

⁷⁵ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 73.

⁷⁶ Dos dezanove relatos apresentados, catorze são curas de pessoas com problemas de saúde; dois de pessoas possensas; um de um preso que foi milagrosamente libertado...

⁷⁷ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 69.

⁷⁸ ... «prior de Santiago desta cidade...» – Cf. *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 68.

recente, o culto fervoroso das relíquias poderia originar nova intervenção divina... Não nos é difícil imaginar o sucesso deste registo tão convincente...

Precisamente a este respeito, é elucidativo um registo descritivo do culto às relíquias que se encontra num folheto do século XVI, publicado anexo a alguns exemplares de uma obra editada em Lisboa em 1579⁷⁹, e que testemunha bem a pujança de tal devoção:

«De como se faz dia dos Martyres em o mosteiro de Sancta Cruz

Em os dezasseis dias do mes de Janeiro se celebra ã o mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra a festa dos gloriosos cinco martyres da ordem dos menores, que foram martyrizados em a cidade de Marrocos per el Rei Miramulim, cujos corpos estão em o dito mosteiro sepultados.

Em este dia he armada toda a igreja e capellas, e em as primeiras vespervas sam postas suas reliquias em os altares per esta maneira. A caixa grande de prata em que estam seus corpos ã o altar mòr, e o vulto de prata que tem hũa das suas cabeças, em o seu altar, que he o do sanctissimo Sacramento, e o outro vulto que tem algũas reliquias suas, em o altar de Sancto Antonio, e estaram em hũs escabellos cubertos com panos de seda. Em o altar mòr estaram os castiças grandes de prata cõ seus cirios, e em os do cruzeiro os quatro pequenos, e em cada hũa das suas capellas com as reliquias estarm dous ou quatro castiças com cirios da confraria, e em fim das vespervas se daram as reliquias ao povo, per aquelles que o prelado mandar. Depois da completa he posta ã cruzeiro ante a porta da grade principal em o meio, hũa mesa ornamentada a modo de altar cõ hum pano rico, ou frontal, e per cima hũa toalha, e ao redor esteirada e alcatifada, e em fim das matinas he posta ã esta mesa a caixa grande de prata em seus pees de prata, cuberta com hum rico veo, e dous castiças grandes de prata, com dous cirios grandes da confraria junto della em hũs coiros, e o vulto que tem a cabeça se pora no altar de Sancto Antonio, e o outro vulto no altar do sanctissimo Sacramento, e os cirios assi destes altares como os da mesa, estaram sempre acesos.

Aas cinco horas da manhã se abriam as portas da igreja, e estaram em cada capella acompanhado as sanctas reliquias, dous religiosos que o prelado mandar, hum sacerdote pera dar as sanctas reliquias, e outro pera companhia, e pera espivitar os cirios quando cõprir. E como virem que estaa gente na igreja de romaria, aberta a porta da grade, lhe daram ahi as sanctas reliquias, e estaraa em cada capella hũ bacio ou cesto pera a oferta, e hum ferro pera as candeas que se poserem de devaçam. Neste dia por a menhã não se tocam contas ou agoa em as sanctas

⁷⁹ *Ordinario dos canonicos Regulares da Ordem do bem aventurado nosso padre S. Augustinho, da congregação de sancta Cruz de Coimbra. Ympresso em Lixboa no mosteiro de Sam Vicente de fora, por Ioam Fernandez ympresor de libros, Anno de 1579 – Cf. Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 86.

reliquias, mas soamente se dam ao povo, tee o principio da missa da terça. E querêdose começar a missa principal, vai o sacristão ou outro religioso acõpanhado de duas tochas, buscar o vulto que tem a sancta cabeça, à capela onde esta, e a leva ao altar mòr, onde estara tee o fim da missa.

E como a procissam dos nus entrar por a cidade, se tangeraa o sino balam tè entrarem em a igreja, e trará todos cirios acessos da confraria, assi religiosos como clericos e leigos, e serlheha aberta a grade da capella dos sanctos martyres, que he a do sanctissimo sacramento, para entrarem por ella: e o sancristã posto no degrao do altar, dará a todos as sanctas reliquias ã passando. E se a procissam vier estando aa pregaçã, o pregador esperara te entrar toda, ou acabará o sermão: e postos todos os nus na capella mòr, pedê tres vezes misericordia, e acabando, se sairã por a porta da claustra, e se irã vestir ao geral de sancta Catherina por a portaria segũdo costume, e se vierẽ em fim da missa, esperarã te se amostrar a sancta cabeça, e acabando se sairã. Acabada a missa, o celebrante despe ã meio do altar a casula, e toma a capa, e tangêdose o instrumẽto real saẽ da sancristia os quatro cantores vestidos de capas ricas cõ sceptros, e depois de inclinados ao altar mòr de dous ã dous, se porã no meio da capella, junto do primeiro degrao, e os acolytos cõ duas tochas acesas se vã por junto do altar, e o thuriferario cõ o thuribulo fumigãte e naveta, se põe antre os cantores. E tomado por o celebrãte o relicairo do vulto que tê a cabeça dos sanctos martyres, nas mãos cõ hũ pano de seda, acõpanhado dos ministros e acolytos, cada hũ de sua parte, e dos cãtores e thuriferario que vã diante, chegãdo à mesa que esta no cruzeiro ante a porta da grade (a qual ja a esse tẽpo o sancristam moor tem aberta) e posto o relicairo em a mesa aberto, e incensado em pee, o celebrante o toma com o pano de seda, e com elle aberto amostra a sancta cabeça ao povo, volvendo se em giro e de vagar, pera que de todos possa ser vista.

E tornando a fechar o celebrante cõ os ministros thuriferario e cantores se tornam aa sancristia, ficando o relicairo em a mesa, e logo o sancristam mòr ficaraa a esta porta da grade, acompanhado dos acolytos, com tochas dandoa ao povo. Em este dia se não fecham as portas da igreja em fim da missa, por o muito concurso de gêtẽ, mas ficaram abertas te o fim das completas. Depois da refeição se tocam cõtas e agoa com as sanctas reliquias em altar dos martyres somente, e em o outro se daram ao povo»⁸⁰.

Em jeito de conclusão, diríamos que, em Portugal, desde as primeiras décadas do século XVI, foi particularmente sentida a pertinência de uma «reforma» – no sentido de uma «re Cristianização». Trento vem, no fundo, dar continuidade e sustentabilidade a um trabalho e a uma política que já vinha sendo protagonizada pelo cardeal D. Henrique, profundamente empenhado em encontrar soluções para as dificuldades que a cristandade vivia...

⁸⁰ *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires...*, ed. cit., 86-89.

Em Évora – que se tornara a «capital espiritual» do reino –, a presença do tribunal do Santo Ofício, a forte influência da Companhia de Jesus – que depois de uma relutância inicial recebeu o total apoio do cardeal D. Henrique... –, e a fundação da Universidade eram razões para que se vivesse um profundo fervor religioso... uma vigorosa onda de cristianização que se espalhou por todo o reino e que se dirigia essencialmente para as massas incultas e descristianizadas...

Era um facto que, nomeadamente o designado «grupo do cardeal D. Henrique»⁸¹, não desprezava uma corrente que talvez se possa chamar mais «interiorista», cultivando uma filosofia religiosa em que predominava – na opinião de Eugenio Asensio – a doutrina de Herp⁸² – especialmente patenteada no *Espelho de perfeição* – e de Tauler.

Nesta abordagem doutrinária – no essencial – tece-se como meta a identificação total com o plano e a vontade divina. Deveria haver uma negação da vontade própria, e nada faria sentido se não orientasse o crente para a esfera do divino. Tudo deve ser aceite, mesmo os tormentos do inferno... A oração vocal devia ser uma preparação para a mental e pouca importância se dava à penitência por manifestar mais medo do inferno e amor próprio que amor a Deus...⁸³

Em Portugal, cedo – em 1533 – os frades de Santa cruz de Coimbra publicam, em português, numa tradução de frade jerónimo Brás de Barros, o *Espelho de Perfeição*⁸⁴, dedicada ao monarca D. João III; em 1554 o cardeal patrocinará a versão portuguesa dos *Pia exercitia* de Eschio - obra muito devedora à doutrina herpiana - levando-se a efeito uma clara propaganda de difusão dessa especial maneira de viver a fé. O esforço foi frutífero: em 1564 Francisco de Sousa

⁸¹ Não será exagero dizer que a importância do Cardeal D. Henrique no cenário cultural português do século XVI foi devida – mais do que à sua doutíssima preparação – ao mecenato que protagonizou, e à importância que deu a homens de sólida cultura. Escritores insígnies como Jerónimo Osório, Damião de Góis, João Pedro Mafeu – entre outros – foram por ele apoiados. Para seus bispos auxiliares escolheu homens como D. Frei Amador Arrais – conhecido carmelita, autor de *Diálogos*; D. Manuel dos Santos, doutor em Filosofia e Teologia pela Universidade de Paris; o dominicano D. Frei Gaspar dos Reis que D. João III enviou ao Concílio de Trento; D. Jerónimo Pereira, outro famoso teólogo dominicano, morto em Alcácer Quibir... Cf. José Filipe MENDEIROS, *O Humanismo da Universidade de Évora...*, ed. cit., 15; Veja-se a significativa relação de amizade que manteve com Frei Luís de Granada... – Cf. Maria Idalina Resina RODRIGUES, *Fray Luis de Granada y la Literatura de espiritualidad en Portugal (1554-1632)*, trad. De María Victoria Navas, Madrid, 1988, 580-597.

⁸² Enrique Herp foi frade do convento franciscano de Malinas e morreu em 1477. A primeira compilação dos seus opúsculos foi em 1538 com o título «Theologia mystica» – Cf. Gaspar de LEÃO, *Desengano de Perdidos...*, ed. cit., XCV.

⁸³ Gaspar de LEÃO, *Desengano de Perdidos...*, ed. cit., XCV.

⁸⁴ Em Espanha só mais tarde, no ano 1538, pela primeira vez, se compilaram os escritos de Herp com o título de *Teologia Mística*, e até ao Índice de 1559 esta vertente mística funcionará como uma espécie de escudo contra as correntes erasmistas e protestantes; com o processo inquisitorial de Bartolomé Carranza proibiram-se todas as obras romanceadas de Herp e de Tauler – Cf. Gaspar de LEÃO, *Desengano de Perdidos...*, ed. cit., CI.

Tavares imprime uma colecção de opúsculos espirituais – *Livro de doutrina espiritual* – em que, lendo-se nas entrelinhas a censura efectivada em Espanha – se faz uma clara apologia da vida contemplativa, da oração mental, e da inclinação beatífica com Deus⁸⁵.

No entanto, e não negando o que se acaba de dizer, fica também claro que o cardeal tinha como importantíssima a «formação cristã colectiva» pelo ensino da doutrina às crianças, o recurso à pregação, o convite à frequência dos sacramentos... Enfim, um homem que consegue dar espaço à «contemplação» e à «acção». Por isso mesmo, pensamos que o uso que D. Henrique faz das relíquias é uma «publicitação com conteúdo»..., funciona como um instrumento ancilar para se atingir o fim maior: disciplinar, reformar os costumes desregrados, catequizar, missionar ...

Pelos exemplos vistos – embora, claro está, funcionassem sempre como forma de mobilizar massas, captar auditórios, e também, por consequência, enobrecer e revitalizar instituições⁸⁶ –, parece-nos que se fez um emprego regrado e doutrinadamente canalizado... Não se pode dizer que estejamos perante uma simples excitação da sensibilidade pela pompa. Não, a finalidade era a interiorização da fé, era a renovação da Igreja...

Estamos longe – embora não cronologicamente – de uma mera vulgarização do culto... Sabemos que ao longo do período barroco o uso das relíquias será explorado até à exaustão, e desembocará numa religiosidade excessiva, supersticiosa. Revitalizar-se-á – concretamente em 1578 – a exploração de corpos das catacumbas romanas⁸⁷... renascerá o colecionismo e a troca internacional etc., práticas de tal forma descomedidas que gerarão dentro da própria igreja movimentos críticos beneficentemente clarificadores...⁸⁸.

João Carlos G. Serafim

⁸⁵ Gaspar de LEÃO, *Desengano de Perdidos...*, ed. cit., CII.

⁸⁶ Sobre a análise do uso das relíquias... as suas diferentes utilizações dentro da própria igreja – o uso «franciscano» e jesuíta – Cf. Gaspar de LEÃO, *Desengano de Perdidos*, ed. cit., XIII; XXXV; XLV; Diogo Ramada CURTO, *A Cultura Política em Portugal (1578 – 1642) – Comportamentos, ritos e negócios*, tese de Doutoramento em Sociologia Histórica, Lisboa, 1994, 92-101.

⁸⁷ José Luis BOUZA ÁLVAREZ, *Religiosidad contrareformista y cultura simbólica del barroco*, Madrid, 1990, 47.

⁸⁸ Foram especialmente pertinentes as críticas do P. Mariana, jesuíta espanhol que nos finais do século XVI protagonizou a primeira reacção à «febre das relíquias», e, já no século seguinte, Jean Bolland (1596-1665) – cujos seguidores ficaram conhecidos por bollandistas – entre outros... – Cf. José Luis BOUZA ÁLVAREZ, *Religiosidad contrareformista...*, ed. cit., 59-121; Os «Bollandistas» comentaram a vida e martírio dos mártires de marrocos num artigo que lhe consagraram nos *Acta Sanctorum*, Januarii, T. II, 62-71.

Abstract:

The Council of Trent proposed a moderate model regarding the cult of images and relics: on the one hand, it tried to justify their veneration, on the other hand, it sought to prevent abuses and control the emergence of new cults. Contrary to many other European countries, where the consequences of the council decrees only took effect after a long period of time, in Portugal the same decrees were efficiently and rapidly implemented. The major cause for this was the dedication of Cardinal Dom Henrique, who promoted the relics and the Portuguese «hagiographic heritage» to encourage a more zealous religious practice and to publicize and implement the Trentine model.